A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: AS ÁREAS PERIURBANAS*

Salomón Tumowski**

1. Introdução; 2. Evolução da organização do espaço fluminense; 3. Estruturação do espaço a partir da metrópole do Rio de Janeiro; 4. Conclusão.

Transformações provocadas pelo rápido crescimento das cidades sobre áreas vizinhas. Aspectos singulares das áreas periurbanas. Ocupação puntual do espaço. Residências secundárias.

Palavras-chave:
Urbano; rural; periurbano.

1. *Introdução*

Nesta segunda metade do século XX, as áreas geográficas estão sendo identificadas basicamente pelas metrópoles a que servem. As metrópoles, tornadas regiões de concentração de milhões de habitantes, impõem aos espaços que lhes são externos uma organização peculiar. Em conseqüência, tornaram-se insuficientes os antigos referenciais de urbano e rural como formas abrangentes de uso do solo. Atualmente, entre ambas as formas de organização do espaço, já se conseguem identificar outros modos intermediários de uso da terra, e somente através dessa intermediação é que se logra atingir uma compreensão da organização do espaço em volta das áreas metropolitanas.

Considera-se que o urbano do espaço tenha início quando surge o processo de loteamento da periferia das grandes cidades. Na verdade, entre esses lotes da extremidade da metrópole e a ampla prevalência no uso rural das terras, aparecem formas mistas de uso do solo, como clubes de recreação, habitações de segunda residência, sítios de veraneio, além de formas peculiares de uso agropecuário marcados, por exemplo, por seu grau de intensidade. Essa faixa exige um tratamento analítico diferenciado.

A denominação dessa faixa ainda não obteve consenso entre os estudiosos, embora haja tendência para designá-la como espaço periurbano.

* Artigo elaborado em abril de 1991.
** Professor de Geografia na PUC/RJ e no Colégio Pedro II; atuou na área de Planejamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro. (Endereço: Rua Prof. Manuel Ferreira, 115/601 — 22451 — Rio de Janeiro, RJ.)

No caso do Rio de Janeiro, torna-se indispensável considerar-se essa forma espacial para uma compreensão adequada das transformações de uso que estão ocorrendo no atual pós-guerra. A metropolização da cidade do Rio de Janeiro modificou o modo como os antigos espaços rurais se estruturaram.

2. *Evolução da organização do espaço fluminense*

2.1 O abandono das formas de uso agrícola anteriores à II Guerra Mundial

Pelo censo de 1980 o Estado do Rio de Janeiro apresentava um índice extremamente elevado de concentração populacional. De cerca de 11.300 mil habitantes, nada menos de 9 milhões residiam em sua área metropolitana.

Embora essa excessiva polarização seja explicada por fatores extra-regionais, as conseqüências, em sua área de influência, assumem diferenciações locais expressivas. Neste sentido o Estado do Rio de Janeiro, por estar no raio de ação mais imediato da metrópole, sofre as transformações características nas formas intermediárias entre o urbano e o rural.

Assim, neste último meio século, essa área passou a ser vista como um espaço a ser organizado no interesse imediato da população residente na metrópole, mesmo que isto implicasse a retirada da população rural. Entre 1940 e 1970, por exemplo, a população ocupada em estabelecimentos rurais diminuiu de 475 mil para 260 mil pessoas.

Ocorre que desde os tempos da colonização, o Rio de Janeiro foi sendo organizado tendo em vista uma produção agropecuária voltada para o mercado externo. Foi o caso da cana-de-açúcar, cultivada nas várzeas a partir do século XVIII; do café, no planalto do médio vale do rio Paraíba, a partir do século XIX e, mais recentemente, da expansão da citricultura na Baixada Fluminense, durante a década de 30.

A sucessiva perda dos mercados do exterior, teoricamente deveria, ser substituída pelo abastecimento de uma metrópole em franco crescimento. A crise de 1929/30, que praticamente condenou a maior riqueza que o estado já possuiu — o café —, não significou, num primeiro momento, o esvaziamento do interior do estado, já que houve um aproveitamento inicial dos trabalhadores do café em novas linhas de produção para o abastecimento da metrópole — açúcar, horticultura e, principalmente, leite, indicando que a economia rural poderia se reciclar com relativa facilidade.

Pelo menos até a II Guerra Mundial esta parecia ser a sucessão natural das formas de ocupação do espaço rural fluminense. Podia-se perceber a existência de um primeiro anel em torno da metrópole, comportando a horticultura e as reservas florestais que forneciam lenha e carvão de madeira para o consumo cotidiano da grande cidade do Rio de Janeiro. Mais afastada, no vale do Paraíba do Sul, ampliava-se a criação de gado leiteiro, assumindo formas semi-extensivas, com visíveis melhorias no manejo do gado e no seu aprimoramento genético. Por fim, para além dos limites do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo no sul de Minas Gerais, a oeste do maciço de Itatiaia, a criação leiteira voltava-se para a produção de laticínios.

Mas não era assim tão nítida essa estruturação do espaço em anéis, considerando-se sua intensidade de uso. Ela estava relacionada propriamente com a perecibilidade do produto obtido, no que lembraria os anéis iniciais propostos na teoria de

Von Thünen,[1] modificada, porém, pela heterogeneidade física do espaço e pela influência do mercado externo. Assim, a presença de usinas de açúcar favorecia uma intensa ocupação das várzeas, desde as localizadas nas proximidades da metrópole (usina Tanguá, em Itaboraí) até as maiores usinas situadas no norte fluminense, a 300km da capital. Também a introdução da citricultura voltada para os mercados externos modificava o padrão teórico.

A expansão da cidade teve efeitos eminentemente polarizadores que vieram mudar a organização do espaço fluminense.

A princípio foram incorporadas ao espaço construído vastas áreas rurais-citrícolas e hortícolas, localizadas no chamado "cinturão verde". Avançou-se ainda mais sobre esse cinturão, na medida em que a simples "expectativa de ocupação" implicava diminuição prévia da área cultivada. Veja-se que a crescente estatização do País implicava crescimento maior das metrópoles, o que se traduzia na cidade do Rio de Janeiro, por novos loteamentos ou por reservas de terrenos aguardando o momento oportuno para serem loteados.

Por seu turno, os produtos hortícolas e da fruticultura passaram a enfrentar a concorrência de produtores mais distantes que, graças à melhoria dos transportes (expansão das rodovias), puderam colocar seus produtos em condições vantajosas no mercado do Rio de Janeiro.

No pós-guerra, a abertura de muitas novas rodovias, pavimentadas ou apenas de trânsito permanente, ou mesmo vicinais, significou a ocupação de todas as áreas florestais (ou seja, dos solos naturalmente férteis) da Mata Atlântica do Brasil. O processo foi rápido e, mesmo, assustador. Escrevendo em 1951, Walter Egler[2] mostrava toda a sua angústia ante a próxima carência de áreas agrícolas capazes de suportar um uso extensivo para atender à população urbana crescente. Por sua vez, a ocupação predatória de terras, sem maior empate de capital, era vista por Celso Furtado,[3] em fins da década de 50, como fator inibidor do processo de industrialização brasileiro, inicialmente proposto para atender somente ao mercado interno.

Nesse estágio, o interior do Estado do Rio de Janeiro deveria redefinir seu processo de desenvolvimento. Dispunha ele de uma grande cidade para abastecer. No entanto, a área rural em volta da metrópole não lograva definir alternativas mais valorizadas para sua ocupação, restringindo-se a uma pecuária leiteira semi-extensiva. Na industrialização, apesar do esgotamento do mercado para a indústria têxtil, ainda se logrou atrair indústrias de grande porte como a siderurgia e a metalurgia pesada, tendo em vista as condições de acessibilidade ao mercado e a disponibilidade energética. Logo, porém, esse ciclo esgotou-se.

[1] Ver Mesquita, Olindina Vianna. O modelo de Von Thünen: uma discussão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, *40* (2), 1978.

[2] Egler, Walter. Problemas agrários do Brasil. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, *4* (2), 1951.

[3] Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959. p. 279.

As vantagens comparativas de que o Rio de Janeiro dispunha — acessibilidade, energia e mercado — passaram a existir também em outras áreas, no Sul, em Minas Gerais, e mais ainda em São Paulo. Paralelamente, os recursos naturais fluminenses esgotavam-se pela continuada prática predatória de uso da terra.

Neste caso cabe colocar a teoria de "renda da terra" na análise da ocupação rural fluminense. Pelo tipo de renda da terra, a ampliação de infra-estrutura deveria ter significado ganhos extraordinários, por meio da valorização das terras. Mas assistiu-se a uma progressão de formas agrícolas pouco intensivas, sem investimentos em lavouras permanentes, nem maior emprego de insumos. Em vez de café, laranja e cana-de-açúcar (exceção do norte fluminense), observou-se apenas o aumento da ocupação extensiva com bovinos (de leite). Os dados globais dos censos agropecuários de 1950, 1960 e 1970 mostram, de um lado, preservação e subdivisão das propriedades e, de outro, diminuição da intensividade no uso da terra.

Tabela 1
Estado do Rio de Janeiro
Comparação de indicadores agrícolas entre 1950 e 1970

Especificação	*1950*	*1960*	*1970*
Estabelecimentos	45.918	57.955	77.428
Área total (km^2)	32.187	30.230	33.160
Área de lavoura (km^2)	6.101	6.210	6.404
Lavouras permanentes	2.047	2.092	1.825
Pessoal ocupado	293.271	264.370	259.841
Efetivo de bovinos	788.639	1.090.985	1.207.109

Fonte: IBGE. Censo agropecuário, Rio de Janeiro.

O programa de erradicação da lavoura cafeeira em meados dos anos 60 parecia marcar o final do ciclo agrícola fluminense. Levantamentos locais mais específicos mostraram a dramaticidade desse fenômeno.

2.2 As conseqüências do esvaziamento do interior fluminense

Os dados estatísticos conhecidos em 1980 mostravam:

A. De uma população de 11.300 mil habitantes, nada menos de 9 milhões (80%) viviam na Região Metropolitana.

Era evidente que a cada frustração na produção agrícola ou industrial do interior do estado, a solução social residia sempre no êxodo rural. Ainda nos anos 70, quando apenas se verificava a continuação de êxodos anteriores, a Região Metropolitana recebia 1.300 mil novos imigrantes, um terço dos quais oriundo de municípios do interior do estado.

B. As cidades situadas fora da Região Metropolitana contavam com 1.400 mil habitantes, e podiam ser classificadas, *grosso modo*, em três categorias:

1. *Cidades predominantemente industriais.* Com destaque para o médio vale do Paraíba do Sul, onde sobressai a conurbação Volta Redonda/Barra Mansa, com 320 mil habitantes, e localizada perto de outras cidades industriais de médio porte, como Resende — 60 mil habitantes, Barra do Piraí — 50 mil habitantes, Três Rios — 50 mil habitantes, Valença — 40 mil habitantes.

Recentemente a exploração de petróleo em Macaé estabeleceu outro centro industrial, dobrando a população desta cidade em cerca de 15 anos.

2. *Cidades centro de região.* Observa-se que na área canavieira emerge uma grande cidade — Campos —, com 180 mil habitantes, cercada por cidades de pequeno porte de, no máximo, 10 mil habitantes, ou vilas de até 4 mil habitantes. Enquanto isso, nas antigas zonas cafeeiras, transformadas em regiões pastoris, não há mostras de fenômenos de maior concentração, gerando, no máximo, cidades de médio porte. Por exemplo, na região noroeste, Itaperuna contava com apenas 35 mil habitantes em 1980, mesmo dispondo de importantes estabelecimentos de beneficiamento da produção regional, enquanto ao seu redor quatro cidades possuíam cerca de 15 mil habitantes, além de numerosos centros locais.

3. *Cidades com atrativos turísticos.* Trata-se dos núcleos do interior que mais cresceram neste último pós-guerra e, quando puderam contar com outras atividades além de turismo, logo alcançaram dimensões de cidade grande.

Na serra, Nova Friburgo e Teresópolis aproximam-se dos 100 mil habitantes, enquanto Petrópolis, com um parque industrial expressivo, ultrapassa 200 mil habitantes.

No litoral dos lagos, mesmo considerando a recentidade do *boom* de segundas residências, moravam permanentemente em suas cidades 150 mil habitantes. Além de terem suburbanizado parte de sua área rural, recebem contingentes de veranistas que, a julgar pela Cedae, atingem 2 milhões de habitantes na época do Carnaval.

Na região do litoral da baía da Ilha Grande, a ocupação em 1980 havia apenas se iniciado, tornando pouco representativos os dados do último censo.

C. *Centro de apoio ao meio rural.* Finalmente, na área rural, em 1980 permaneciam 900 mil residentes. Mas, na verdade, este número era ainda menor, em face de certos conceitos adotados pelo censo. Por exemplo, na Região Metropolitana contavam-se 150 mil rurícolas, sendo 90 mil em Itaboraí. Isto resultou do fato de a Prefeitura de Itaboraí não ter ampliado oficialmente sua área urbana até 1980 e, desse modo, os novos loteamentos eram considerados rurais.

3. *Estruturação do espaço a partir da metrópole do Rio de Janeiro*

3.1 Os anéis metropolitanos

No caso da área metropolitana do Rio de Janeiro já se identificaram, com clareza, quatro anéis urbanos, tal como descrito na obra de Maurício de Abreu,[4] a saber:

1. núcleo — área de predomínio das construções verticais;

[4] Abreu, Maurício de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Iplan, 1987.

2. periferia imediata — área de predomínio de construções horizontais, em fase de verticalização, ou novos bairros verticais isolados e planejados;
3. periferia intermediária — área de predomínio de construções horizontais, com muitos baldios;
4. periferia distante — área com núcleos urbanos isolados, em fase de loteamento dos espaços vazios.

Não cabe agora uma análise mais aprofundada do processo, mas podemos considerar:

a) o limite da periferia distante foi determinado pela lei que instituiu a fusão entre Estado da Guanabara e Rio de Janeiro. Seus exageros conduziram a mudanças legais da área, sendo Petrópolis excluída, com razão, das áreas antes consideradas integradas, ao mesmo tempo que surgiram novas indefinições em face da emancipação política de alguns distritos, como Guapimirim;
b) apesar do contínuo crescimento da cidade, as periferias prosseguem sucedendo-se em suas características gerais, muito embora estejam perdendo a feição de anel que há pouco haviam adquirido, para uma configuração estelar, tendo em vista que grandes distâncias só podem ser superadas ao longo das estradas troncais, que se aproximam das características de vias expressas. Neste sentido, por exemplo, Itaboraí deixa de ser a periferia distante em proveito de uma intermediária, enquanto Tanguá e mesmo Rio Bonito se introduzem como área de periferia distante.

3.2 Os espaços periurbanos: conceituação

Há que considerar como diferentes e singular todo o espaço situado entre a periferia da metrópole e a zona rural propriamente dita. Neste caso, cabem algumas considerações teóricas prévias, antes do exame do caso fluminense.

É nesses termos que a teoria de Von Thünen já havia merecido restrições por parte de Robert Sinclair,[5] em 1967. Assim, na área mais próxima da cidade os agricultores deixam progressivamente de aplicar novos recursos, esperando o avanço da urbanização. Haveria uma zona contendo apenas chácaras e pequenos proprietários resistentes à transformação urbana, seguida por outra área destinada à vilegiatura.

A questão da ocupação de áreas próximas das metrópoles mereceu recentemente considerações diferentes, pelo menos para um país de grandes dimensões e com baixa densidade demográfica.

Citação especial merece o trabalho de Horacio Bozzano,[6] da Universidade de La Plata, nos seus estudos sobre a ocupação do solo no eixo Buenos Aires — La Plata.

[5] Sinclair, Robert. Von Thünen and urban sprawl. In: *AAA Geographer, 57* (1). Apud Diniz, J. Alizola. In: *Geografia da agricultura*. Rio de Janeiro, Difel, 1984.

[6] Horacio Bozzano, que vem estudando esses espaços em volta de Buenos Aires, cita as denominações áreas urbana, rural-urbana, rurbana, interface cidade-campo e borda urbano-rural referidas à área intermediária de caráter de transição entre o rural e o urbano; mas, considerando as articulações predominantes com a cidade, prefere o emprego de termos como periurbano, margem urbana e margem metropolitana. Por fim, opta por espaço periurbano considerando que ele "se estrutura desde, por e para a cidade". (Bozzano, Horacio. Los procesos de estructuración de espacios periurbanos. In: *Revista Interamericana de Planificación*, Buenos Aires, *23* (89): 269, 1990.

Bozzano[7] considera que as características da metrópole não terminam onde chega o último subúrbio. Para ele, aí começa uma forma espacial singular, a que provisoriamente denomina periurbana. Em seus conceitos gerais, considera-a como a interface entre cidade e campo, ou seja, uma área de transição, e ainda, precisa melhorar a conceituação dessa área valendo-se da analogia com um conceito ecológico, o de ecotono, entendido como o ambiente de contato entre dois sistemas diferenciados.

A área periurbana não está urbanizada (dividida em lotes urbanos), mas está organizada no interesse da vida urbana.

Nesse sentido, a idéia de área periurbana é algo diferente do antigo conceito de *umland*, muito utilizado no pós-guerra por geógrafos franceses. O *umland* é uma área organizada para a atividade rural que muito se beneficia da proximidade da grande cidade. O espaço periurbano, segundo Bozzano, tem existência própria e se organiza desde/por/para a cidade, mas não é a cidade.

A área periurbana consiste em trecho ideal para desenvolvimento de atividades urbanas que requerem, ou amplos espaços, ou disponibilidade de recursos naturais, como:

• atividades de mineração e beneficiamento de minerais que fornecem materiais de construção para a cidade, caso típico das cerâmicas, areais, pedreiras, saibreiras, etc.;
• "blocos" de atividades industriais como distritos industriais (às margens de estradas) ou serviços que exigem amplos espaços, como unidades de equipamento de água e esgoto, sanitários, aeroportos;
• "blocos" de áreas institucionais, como centros de pesquisas, unidades militares;
• clubes de recreação ou áreas para lazer, fora da cidade, envolvendo segundas residências (tipo *weekend*), hotéis-fazenda, sedes campestres de associações e, como novas atividades rurais, aquelas que admitem:

a) uso intensivo do solo — horticultura, estufas, avicultura, piscicultura, apicultura, etc;
b) a figura do *hobby-farmer* — com expressivo exemplo fluminense nos haras existentes.

Os espaços mais antigos vão sendo abandonados, ou mantêm usos francamente extensivos, como a pecuária de leite remanescente.

Bozzano,[8] examinando a área de transição entre as faixas periurbana e rural, indica que o limite entre ambas é dado "pelo lugar onde desaparecem as vantagens comparativas de localização e a possibilidade econômica de um produtor de atividades primárias aí instalar-se. Vale dizer que, para países pouco povoados e de grande dimensão, é onde o objetivo de ocupar terras com fins especulativos imediatos termina e começam as áreas de ocupação extensiva e de grande extensão".

[7] Id. ibid.
[8] Id. ibid.

É certo que o crescimento do espaço urbano empurra o padrão ocupacional periurbano para áreas mais distantes do centro, porém a sucessão não se altera. Reproduzem-se mais ou menos sob a forma estelar porque acompanham os eixos de transporte, o tecido urbano, depois os espaços periurbanos construídos (*amanzanados*)[9] e, por fim, os espaços periurbanos com domínio de parcelas rurais.

Cabe observar que não se sucedem "anéis", porque áreas *amanzanadas* podem ser de segundas residências, atraídas para a proximidade de algum atrativo paisagístico, como ocorre ao longo das áreas balneárias.

Tipos de análises semelhantes, que consideram como região diferenciada a área periurbana, têm sido feitos em países de grandes dimensões como o Canadá. Ch. R. Bryant,[10] preocupado com a disponibilidade de áreas agrícolas em seu país, vem investigando o modo como a expansão urbana vem transformando a agricultura da periferia das cidades. Ocorre que, no Canadá, 55% das melhores terras estão situados num raio de 150km dos centros urbanos principais.

Esse autor constatou ainda que, em alguns locais, a urbanização significou retrocesso da agricultura com a expansão dos baldios (caso da zona frutífera do Niágara); são também comuns formas de adaptação com fortes mudanças na estrutura da produção — por exemplo, regiões de pescadores oferecendo-se para atividades complementares de transporte de turistas.

Não são raras, porém, as áreas com paisagens de desenvolvimento agrícola, onde se incrementam atividades rurais favorecidas pela proximidade do grande mercado. Na verdade, o processo rural nessas áreas se intensifica e as pequenas propriedades, que normalmente abrigariam famílias de minifundiários, passam a merecer investimentos de grande porte, transformando-se em trechos de grande produtividade. A região periurbana, mais do que as outras, assiste a um forte dualismo tecnológico-agrícola e, assim, aproxima áreas degradadas pelo antigo uso extensivo, áreas abandonadas, de outras áreas plenamente modernizadas.

3.3 A agropecuária e as áreas periurbanas do Rio de Janeiro

A inserção do espaço interior fluminense no sistema agrícola brasileiro só adquire algum sentido caso seja considerada a sua condição de região periurbana.

Nessa área, até o século passado, o antigo sistema associava a *plantation* à agricultura de subsistência, onde o uso da terra era definido por uma relação entre acessibilidade, condições de solo e clima, recursos humanos e demanda de mercado. Às possibilidades de exportação respondia-se com a ocupação dos solos, naturalmente mais férteis, seguida pela melhoria das ligações entre um porto e as áreas de cultivo.

[9] Preservou-se o termo *amanzanado*, que Horacio Bozzano utiliza. Significa, em espanhol, área com muitas construções habitacionais, que permite deixar clara a heterogeneidade de uso que as terras periurbanas admitem.

[10] Bryant, Ch. R. L'agriculture pèri-urbaine en Canadá. *Annales de Geographie*, Paris, (548): 403, 1989.

Identificaram-se as seguintes áreas:

a) as várzeas fluviais, especialmente nas baixadas de cultivo, adequadas à organização de engenhos e, no século atual, usinas de açúcar;
b) as encostas das colinas entre 400 e 800m de altitude, que foram cobertas com cafezais que ocuparam, sucessivamente, as áreas seguintes: 1. do vale do rio Piraí até Resende, até 1860; 2. em Cantagalo, até 1895; 3. no noroeste fluminense, com centro em Itaperuna — até 1930.
c) mais recentemente, após 1930, indicaram-se as áreas cítricas, em torno da baía de Guanabara, cabendo registrar:

1. região de Nova Iguaçu e Zona Oeste do Rio de Janeiro — de 1930 a 1950;
2. região de Itaboraí — de 1940 a 1970;
3. cultivo de limões na região de Saquarema — de 1950 a 1970;
4. região de Rio Bonito — São Vicente de Paula — época atual.

Chama a atenção o fato de serem essas atividades intensivas em trabalho, mas têm sido substituídas por outras, francamente extensivas, dentre as quais prevaleceu a pecuária leiteira.

No Brasil há uma nítida separação entre as áreas de criação leiteira e de corte. A criação leiteira espraia-se pelas "bacias leiteiras" localizadas em volta das metrópoles. Observe-se que essas bacias, além da produção de leite *in natura*, fornecem os bezerros para criação nas áreas de corte situadas no anel externo do sistema de ocupação agrícola do solo brasileiro. Assim, nas áreas de baixada instalaram-se fazendas criadoras de gado reprodutor, fornecedoras do sêmen para o gado leiteiro da "bacia". Tais fazendas já caracterizam uma especulativa busca pelo controle da produção e coordenação inter-regional, típicas de áreas periurbanas. O gado leiteiro, por exigir, no sistema fluminense, pouca mão-de-obra, pôde adaptar-se à região na medida em que os excedentes demográficos das antigas *plantations* foram absorvidos pela metrópole. Todavia, a manutenção de suas características extensivas levou a expansão da bacia leiteira para Minas Gerais e Espírito Santo, e hoje é o modo principal de ocupação rural do chamado Sudeste antigo.

Por volta de 1930, a crise do café exigiu a reconversão das atividades dos fazendeiros, que optaram pelo criatório leiteiro visando o abastecimento da metrópole. A instituição do sistema de cooperativas regionais e de uma cooperativa central, com linhas novas de crédito oficial do Banco do Brasil, trouxe uma estrutura ordenada ao sistema de comercialização do leite.

O mercado interno — vale dizer, metropolitano — cresceu muito nesse período, mas era indispensável que os produtores se organizassem para poderem se modernizar e influir na organização do mercado interno. Esse foi um dos segredos do progresso das cooperativas agropecuárias do Sul do País. Outra alternativa seria que alguma grande empresa viesse a organizar os produtores mesmo que, como resultado, estabelecesse a cartelização de alguns segmentos. Tal sistema, que tem sido denominado complexo agroindustrial, implica uma busca por altas taxas de produtividade, ou seja, que em áreas relativamente limitadas haja produção intensiva (em uso da terra ou em capital) com altos ganhos no total da produção.

Nas áreas periurbanas, essa estrutura de complexo agroindustrial (CAI) é de difícil compatibilização. Por um lado, o mercado é relativamente acessível e, portanto, mais próximo da livre concorrência, nem sempre compatível com sistemas cartelizados. Produtores independentes e distribuidores autônomos entram no processo, estabelecendo concorrência com as modernas empresas competidoras que atuam mais para o interior. Tem sido comum encontrar grupos de produtores especializados fluminenses promovendo certas atividades e, em dado momento, precisarem organizar-se, para enfrentar a concorrência do CAI. Foi o caso da avicultura de postura em São José do Rio Preto, cuja reorganização implicou uma estrutura de maior escala de produção.

A região periurbana possui como vantagem a proximidade com o enorme mercado metropolitano. A questão básica é compatibilizar uma alta produtividade decorrente dos modos de produção da agricultura moderna com a grande escala de produtos demandados pelo mercado, numa estrutura de propriedade muito subdividida e suscetível a mudanças bruscas de atividades por força de interesses especulativos.

Como conseqüência, as áreas de agricultura moderna tomam feições puntuais, ou seja, ocupam pequeninos espaços no conjunto da região periurbana.

É este o caso das atividades de horticultura e avicultura no estado. Na horticultura a ação dos centros de comercialização é decisiva. Neste sentido, ganhou importância o papel das centrais dos produtos da Ceasa, consolidando ações privadas estabelecidas anteriormente em Pati do Alferes, São José do Ubá e Nova Friburgo. Maiores riscos parecem correr os novos mercados do produtor em Itaocara e Itaperuna, nos quais a iniciativa governamental não foi precedida por mercados privados. Observou-se que tais centrais não lograram associar a agricultura com a industrialização dos produtos, mas apenas com seu beneficiamento e embalagem.

Na avicultura, o papel da central de beneficiamento foi decisivo. Na avicultura de corte o controle da produção é dado pelos abatedouros. Em alguns casos, abatedouros e produtores agem de modo cooperativo; em outros, ocorre uma integração vertical, como no caso fluminense dos frangos da marca Rica.

Em ambos os casos há sempre riscos de superprodução sazonal, que geram, em cada crise, novos arranjos na estrutura agrária, promovendo o afastamento de agricultores menos eficientes ou menos pertinazes e concentrando a produção.

Uma alternativa oferecida aos agricultores das áreas periurbanas sem capacidade produtiva e comercial para controlar grandes mercados é dedicar-se à produção de artigos de luxo, embora com mercado limitado. Neste caso, exige-se um maior empate inicial de capital, sendo, por isso, comum que capitalistas urbanos se introduzam no sistema. Por exemplo, a produção do camarão gigante da Malásia, do *escargot*, a ranicultura, a apicultura, a produção de trutas, de cabra leiteira, de cogumelos, etc., todos atendendo a mercados restritos, mas de alto poder aquisitivo.

É comum também buscar transformar a agropecuária de recreação em fonte de ganhos. Torna-se comum, nessa área periurbana, o estabelecimento de haras para criação de cavalos de raça e de competição.

Tem-se, então, que a região readquire, com as formas puntuais e de alta intensidade de capital, perspectivas para novo surto de desenvolvimento agrícola, que envolve maior aplicação de ciência e tecnologia no campo e que, nas condições fluminenses, é passível de expansão, afastando as formas semi-extensivas de ocupação para áreas mais longínquas.

3.4 As áreas agrícolas afastadas da região periurbana

Sem pretender delimitar, por ora, a área periurbana, é evidente que determinadas atividades agrícolas, por sua exigência de espaços maiores, não são adequadas à organização dessa área e, nesse sentido, vão sendo estabelecidas apenas no seu exterior. Examine-se o caso de três produções tradicionais da agricultura fluminense: o gado leiteiro, a cana-de-açúcar e a banana.

A cana-de-açúcar, hoje, no Estado do Rio de Janeiro, restringiu-se ao seu trecho norte — surge em trechos do vale do Macaé e se adensa a partir do vale de Macabu, até o rio Itabapoana, na fronteira com o Espírito Santo. Observe-se que plantações de cana foram eliminadas das várzeas mais estreitas que no passado abasteciam várias usinas, impossibilitadas, porém, de expandir-se. Assim, as exigências de maiores áreas cultivadas (após 1960 e, principalmente, após o Proálcool, em 1975) não se compatibilizaram com as disponibilidades de espaço da área periurbana, onde ela não mais existe (por exemplo, em Tanguá e em Sampaio Correia).

A criação semi-extensiva de gado leiteiro, produtor de leite tipo *C*, havia sido a solução encontrada para a preservação da estrutura fundiária herdada da cafeicultura até 1930. A organização de um sistema de coleta bastante abrangente, adotada após 1930, a partir das usinas de beneficiamento das cooperativas, propiciou o estabelecimento de uma densa rede de rodovias vicinais que atingiu todos os rincões do Estado, especialmente no planalto. Observa-se, hoje, que a pecuária leiteira permanece fora da área periurbana, enquanto, mais próximas da metrópole, as áreas leiteiras se associam à organização de hotéis-fazenda de avicultura, fomento e expansão dos milharais, como em Rio Claro e Quatis.

O caso mais conspícuo, porém, de cessão de áreas leiteiras para outras formas mais intensivas de aproveitamento vem ocorrendo, desde 1975, com o novo ciclo cafeicultor.

A geada de 1975, que praticamente eliminou os cafezais do Paraná, abriu novas oportunidades para o cultivo de café no Sudeste cristalino do Brasil. O sul de Minas Gerais e o Espírito Santo tiraram melhor partido dessa situação do que o Rio de Janeiro; ainda assim, algumas áreas fluminenses tiveram forte presença da cafeicultura. Por se tratar de prática agrícola típica, essas atividades surgem, geralmente, para além do trecho periurbano. A principal área cafeeira, hoje, é Varre e Sai e Santa Clara, já nos primeiros contrafortes da serra do Caparaó. A segunda área, em importância, é Valença, nos contrafortes da Mantiqueira, e a terceira área, em Duas Barras.

Outra variante da criação de gado fora do espaço periurbano tem sido dada pela criação de gado de corte em zonas de restingas. Ao que parece, a maior salinidade

do solo nos areais em torno da lagoa Feia e do litoral de São João da Barra torna as áreas atraentes para a criação de bovinos para corte.

Finalmente, merece referência a fruticultura no estado. Tradicionalmente predominaram formas de cultivo, com rotação de terras. A banana, por exemplo, ocupava as encostas úmidas (inclusive bastante íngremes) da serra do Mar. Sua característica esgotante fez com que seu plantio fosse progressivamente se afastando da área metropolitana. Hoje ela alcança maior intensidade no litoral sul, a partir do vale do Mambucaba, em Angra dos Reis; ao norte, os bananais ultrapassam Casimiro de Abreu e já alcançam Triunfo. Essa característica itinerante não conjumina nem com o padrão periurbano, que exige intensidade, nem com o padrão CAI, que requer todo um complexo beneficiador (fábricas de bananada, banana-passa, etc.). A alternativa tem sido buscar formas de cooperação entre pequenos produtores.

Mesmo nessa periferia agrícola há busca de formas de produção mais intensivas, sendo a fruticultura uma das principais alternativas. Cita-se, como exemplo, o abacaxi cultivado em áreas de restinga em meio aos canaviais, a pecuária de corte (Quissamã) e, principalmente, as parreiras de maracujá que se multiplicam desde Silva Jardim até Laje de Muriaé e, principalmente, em São João da Barra.

3.5 Os espaços periurbanos de segunda residência

A intensificação puntual do uso da terra e que admite iniciativas de médio porte, que tanto atraem possíveis investimentos da classe média urbana, constitui-se num dos caminhos para a revalorização do espaço rural fluminense.

Mas os ganhos maiores, em termos da renda da terra, não residem na agricultura, mas na oferta de condições de lazer e de turismo que ocupem tempos ociosos disponíveis da população da metrópole.

As teorias sobre *outdoor recreation*, desenvolvidas nos EUA dentro do programa Land for the Future, classificam as áreas de atração turística de acordo com o tempo de viagem a partir do pólo emissor. Viagens na faixa de 1h/1h30min até 4h/4h30min de duração correlacionam-se estreitamente com estadas de final de semana, o popular *weekend*. Abaixo de 1h30min admite-se que haja retorno no mesmo dia. Acima de 5h implica estadas mais prolongadas.

Ora, onde se dispõe de acesso por rodovia pavimentada, cada trecho do Rio de Janeiro se localiza dentro da faixa de 4h e, por conseguinte, ao alcance de viagens de *weekend*.

Na medida em que a ideologia do consumo inseriu-se na classe média brasileira, foi colocada pelos agentes imobiliários uma opção de consumo relativa às estadas de *weekend* em áreas aprazíveis. Observe-se que cada uma das opções colocadas admite certa variação. O alcance da área para *weekend* é dado pela disponibilidade de infra-estrutura viária, dos meios de transporte estabelecidos e que foram potencializados a partir dos anos 60, quando a classe média teve acesso ao próprio veículo.

As primeiras áreas oferecidas para lazer foram as da região serrana, que apresenta forte contraste de temperatura com relação à da metrópole. Observe-se que o acesso imediato ao alto da serra era suficiente para fixar no local centros de lazer.

A segunda área de lazer oferecida corresponde aos balneários. A princípio valorizaram-se áreas de águas tranqüilas acessíveis por ferrovia. Coroa Grande, Itacuruçá e até Mangaratiba, na baía de Sepetiba; Maricá, Araruama, Cabo Frio, na antiga Estrada de Ferro Maricá. A multiplicação da posse particular de automóveis, uma ideologia pelo lazer e a superlotação das praias metropolitanas conduziram à valorização de balneários em toda a região dos lagos, atingindo até Macaé. Nos anos 70, a abertura da Rodovia Rio-Santos fez repetir o processo em direção a Angra dos Reis e, agora, já começa a atingir Parati.

Novas áreas podem vir a ser oferecidas, dependendo do tipo de lazer proposto. A forma de residências de condomínio facilita a oferta de áreas com infra-estrutura em locais mais distantes, introduzindo novas áreas nesse contexto com a valorização recente do trecho de sopé-de-serra (Caneca Fina, em Guapimirim) e outros locais pouco conhecidos (Fazenda da Grama, em Rio Claro).

O hotel, a pousada e o aluguel de bangalôs complementam esses sistemas de área periurbana *amanzanada*. Já o hotel-fazenda sugere novas opções com localização geográfica mais dispersa, valorizando, inclusive, locais isolados e mesmo de difícil acesso.

Embora ainda esteja por se realizar o cadastro dessas atividades de lazer e sua localização, tem-se que todo o segundo anel de lazer está sendo inserido na chamada área periurbana.

Outra forma de povoamento de lazer que transforma a área periurbana é seu uso simultâneo para agropecuária e recreação. Sítios, chácaras e fazendas tornam-se igualmente áreas de *weekend*, desde que equipadas com recursos para recreação. Por exemplo, a venda de espécimes das raças eqüinas Mangalarga, Campolina e outras, difundidas na última década para uso de recreio em fazendas. É neste ponto que se pode perceber uma simbiose entre o avanço da modernidade periurbana e o extensivismo do antigo sistema rural. Fazendas mostram, concomitantemente, a criação leiteira semi-extensiva e o mais moderno haras; sistemas novos de irrigação, ou plantações frutíferas e de café ao lado da antiga ocupação agropecuária; o trabalho mecanizado ao lado do trabalho com instrumentos primitivos.

4. *Conclusão*

A metrópole do Rio de Janeiro, cujo crescimento avançou, nestes últimos 50 anos, sobre o seu "cinturão verde", provocou mudanças igualmente substanciais sobre quase todo o Estado do Rio de Janeiro.

Para perfeita compreensão dessas mudanças, é imprescindível que sejam superadas algumas análises dualísticas, como aquelas que colocavam o rural e o urbano como duas realidades distintas, ligadas tão-somente por interesses comerciais de mútuo abastecimento.

Pelo menos na proximidade imediata da área metropolitana há locais onde o modo de vida tem estilos simultaneamente urbano e rural. Tais regiões carecem, pois, de uma denominação específica; por ora são designadas como periurbanas.

Essa distinção é fundamental para estabelecer a melhor forma de intervenção nesses espaços. No caso brasileiro, ela se situa no plano da atuação dos governos estaduais.

É nesse nível que a ação pública deve ser planejada para tais áreas. No caso do Rio de Janeiro, uma perfeita interpretação de sua estruturação espacial pode conduzir a linhas de atuação capazes de desafogar as pressões sobre a área metropolitana; por exemplo, a orientação da ação extensionista agrícola para identificação de formas de produção intensivas, acompanhada de todos os instrumentos governamentais de incentivo à produção. Adequar a infra-estrutura viária e de saneamento às novas formas de ocupação tem-se revelado um desafio aparentemente inferior à capacidade de intervenção dos serviços públicos.

Nesse sentido, muitos trabalhos ainda estão por se realizar. Citam-se, entre eles:

a) identificação das características geográficas típicas de áreas periurbanas;
b) localização dessas áreas e delimitação desses espaços;
c) caracterização dos agentes que atuam na área;
d) realização de estudos comparativos com outras regiões metropolitanas brasileiras, particularmente com São Paulo, por apresentar dimensões semelhantes às do Rio de Janeiro.

Summary

SPACE ORGANIZATION IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO: AREAS PERIPHERAL TO THE CITIES

The changes that the rapid growth of cities brought about on their neighbouring areas are not restricted to the process of parceling land for purposes of construction development. They are also felt in the altered agrarian structure, in working practices and, generally, in the way they affect the whole relationship between the city and the countryside.

Areas surrounding the cities are said to be urban-peripheral and, although presenting characteristics of the old rural zone, have nonetheless many peculiar aspects. One of those is the form of objective space occupation, in which are practiced some intensive forms of agricultural use, of a profit-centered nature and, consequently, subject to constant incertitude.

In addition to an intensive, localized agricultural activity, secondary dwellings — for use during more prolonged periods of respite from work — area constantly increasing in number. Moreover, there are mixed agricultural types, combining home and recreational forms.

Such a process has been noted in the metropolitan region of Rio de Janeiro, and now it covers already an ample area, in fact a territory twice as big as the metropolis itself. To properly understand this phenomenon has a fundamental importance for the promotion of more adequate forms of organizing the space considered.